



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **13 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 13 de março de 2013

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Governo dá prioridade a pacto federativo .....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Números bons da indústria ainda não dão segurança .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Dilma lança 15º pacote, agora para inovação .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> São Paulo perde R\$ 55 bi com unificação do tributo .....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Ociosidade na indústria é a menor em 5 anos .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Governo prevê que alíquota de 4% para ICMS atinja 83% das transações até 2016 .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Confaz vai alterar resolução que acaba com 'guerra dos portos' .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Governadores acenam com acordo por royalties .....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Orçamento de 2013 é aprovado .....	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA CÂMARA</b> Unificação das alíquotas do ICMS deverá dominar reunião sobre pacto federativo .....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA CÂMARA</b> Projetos relativos a novo pacto federativo são prioridade, diz Ideli Salvatti .....	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA CÂMARA</b> Congresso tem sessão hoje para concluir votação do Orçamento .....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA CÂMARA</b> Congresso deverá concluir votação do Orçamento hoje, diz relator .....	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo dá prioridade a pacto federativo</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Medida visa a conter agenda da oposição; PSDB apresentou dossiê em que critica gestão da Petrobrás

A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, pediu a aliados a votação quatro propostas que, segundo o governo, podem tornar o pacto federativo mais equilibrado: a emenda que muda a cobrança do **ICMS** no **comércio** eletrônico; o projeto que unifica as alíquotas do **ICMS**; a medida provisória que cria os fundos para compensar as mudanças com a alteração do **ICMS** e o projeto sobre o endividamento dos Estados. A ideia é esvaziar o discurso dos potenciais candidatos à Presidência Eduardo Campos (PSB) e Aécio Neves (PSDB). A questão também será discutida hoje, entre governadores e os presidentes da Câmara e do Senado. Ontem, o PSDB anunciou o que chama de "guerra para salvar o País". Apresentou uma espécie de dossiê da Petrobrás na gestão do PT, com motivos que teriam levado a empresa ao declínio, e promete fazer o mesmo para outras áreas.

Para conter agenda de Campos e Aécio, governo dá prioridade a pacto federativo

Denise Madueño

Brasília

O **Governo Federal** antecipou-se e lançou uma contra ofensiva para tentar esvaziar a agenda e o discurso dos potenciais candidatos à Presidência Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB). Os dois insistem na pauta da distribuição mais igualitária da arrecadação federal. Ontem, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti (PT), se reuniu com líderes dos partidos aliados que definiram como prioridade quatro projetos que alteram o pacto federativo.

A ministra pediu a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) que muda a cobrança do **ICMS** no **comércio** eletrônico, um projeto de resolução que unifica as alíquotas do **ICMS**, a medida provisória que cria os fundos de compensação para as mudanças que ocorrerão com alteração do **ICMS** e o projeto de lei sobre o endividamento dos Estados, que poderá estabelecer um novo indexador.

O governo articula, ainda, uma reunião dos relatores dos quatro temas no Congresso com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na próxima semana.

A reunião com líderes ocorreu um dia antes do encontro de governadores com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para discutir a questão federativa. Eduardo Campos, por exemplo, já havia acertado uma reunião com governadores do PSB e as bancadas do partido para discutir uma estratégia comum em relação a temas referentes à relação entre Estados e União.

O empenho do **Governo Federal** em votar temas do pacto federativo ocorre em meio a uma crescente cruzada dos principais prováveis adversários da presidente Dilma Rousseff à Presidência da República, em 2014, por menor centralização dos recursos dos impostos nas mãos da União em detrimento dos Estados e dos municípios.

O discurso, de grande apelo político entre os governadores, tem sido adotado tanto por Campos quanto pelo senador Aécio Neves no campo da oposição.

Ontem o Senador tucano voltou a acusar o governo de omissão na questão federativa em discurso durante seminário do PSDB para debater a Petrobras. O tucano afirma que há uma "perda de harmonia" entre os entes federados, provocada pela falta de articulação do governo.

Jogo combinado. "Vamos articular e combinar a tramitação l das matérias", disse Ideli. Segundo a ministra, as propostas devem ser votadas concomitantemente no Congresso.

A proposta de descentralizar a cobrança do **ICMS** do **comércio** eletrônico foi apontada pela ministra como uma mudança fundamental. Atualmente esse tipo de **comércio** beneficia os locais onde estão as empresas de venda. "Esse **comércio** cresce exponencialmente e está concentrado em poucos Estados. A redistribuição é de fundamental importância", disse Ideli Salvatti.

Embora o governo tenha solicitado a aprovação das propostas, o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), afirmou não haver data ainda para votação. "O objetivo não é apenas a celeridade, mas produzirmos ajustes no pacto federativo para promover o País do ponto de vista econômico e do ponto de vista social", disse Chinaglia.

"Quanto a prazo (para votação), hoje ninguém responde a essa pergunta. Nossa intenção junto com o governo é definir os conteúdos." Chinaglia reconheceu que há divergência sobre os temas nas próprias bancadas e entre os partidos.


O presidente da Câmara pediu aos governadores que tragam para a reunião de hoje os projetos que julgam ser fundamentais.

Grupo protesta em visita presidencial ao sertão alagoano

As promessas da presidente Dilma Rousseff aos nordestinos foram feitas com a trilha sonora de apitos insistentes de um pequeno grupo de manifestantes que conseguiu chegar até o local do evento, no canteiro de obras da construtora Queiroz Galvão, em Água Branca (AL). Munidos

de cartazes contra políticos de vários partidos, os participantes diziam não fazer parte de qualquer movimento político. Apesar do esquema de segurança, eles questionavam qual seria o uso dado ao Canal do Sertão, reclamavam de promessas não cumpridas e alternavam os apitos com palavras de ordem contra a presidente e outros políticos presentes, como o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), e o governador de Alagoas, Teotônio Vilela (PSDB).

Antes do evento, outro protesto dificultou o acesso nas estradas. Duas rodovias federais foram fechadas por manifestantes que cobram o asfaltamento de um trecho de 49 km entre Alagoas e a divisa com Pernambuco da BR-316. Em discurso, Dilma se comprometeu a levar adiante a obra. / Eduardo Bresciani.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Números bons da indústria ainda não dão segurança</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Editorial econômico

Maior utilização da capacidade instalada, mais horas trabalhadas e, em especial, faturamento real 5% superior ao do mesmo mês de 2012 foram registrados nos Indicadores Industriais de janeiro, divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Outros dados, no entanto, deixam a desejar, e fica a dúvida sobre se os resultados favoráveis vão perdurar. Isso porque pelo menos o departamento econômico de um grande banco estima que a indústria teve um declínio da ordem de 1,6% em fevereiro.

A massa salarial real registrou um acréscimo de apenas 0,9%, comparada à do mesmo mês do ano passado. O impacto da inflação nos salários tornou-se indubitável e, provavelmente, continuou forte no mês passado, quando o IPCA foi de 0,6%. O rendimento médio real caiu pela primeira vez em quatro meses (-0,4% sobre dezembro). É possível que os números da CNI tenham sido levados em conta pelo governo ao antecipar o corte de tributos sobre a cesta básica. Sem o corte, a perda de poder aquisitivo dos salários se acentuaria.


O emprego industrial diminuiu 0,4% tanto em relação a dezembro quanto a janeiro de 2012. Se a indústria evitou cortar pessoal no ano passado, para não perder trabalhadores qualificados, é provável que adie as novas contratações até que a retomada se defina.

Quando descartadas as sazonalidades, os dados de janeiro se agravam: o faturamento real declinou 4,2% em relação a dezembro, retroagindo a níveis próximos aos de setembro de 2012. Uma sucessão de altas e quedas dificulta a previsibilidade do setor e pode retardar os investimentos.

O ponto mais positivo é a utilização de 84% da capacidade instalada, segundo dados dessazonalizados, com crescimento de 2,8 pontos percentuais em relação a janeiro de 2012. Houve melhoria do uso da capacidade em relação a dezembro, o que pode estar relacionado com a reposição de estoques. A indústria parece estar operando com maiores margens de segurança.

Os números da CNI não são comparáveis com os do IBGE, calculados com outra metodologia e mais positivos. O IBGE apurou avanço de 2,5% na **produção** industrial, em relação a dezembro, e de 5,7%, em 12 meses, em relação aos 12 meses anteriores.

O ambiente é mais favorável para a indústria, notou o gerente de Política Econômica da entidade, Flávio Castello Branco. Mas medidas de desoneração geral, como a da energia elétrica, não bastarão, se tributos, inflação e câmbio continuarem reduzindo a competitividade do produto local.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma lança 15º pacote, agora para inovação</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Governo cria estatal e crédito de R\$ 30 bi e atinge média de um pacote a cada 38 dias**

**João Villaverde**

**Brasília**

A presidente Dilma Rousseff deve anunciar amanhã seu 15º pacote de medidas para estimular a economia. Desta vez, o governo vai criar uma linha de crédito subsidiado para investimentos em inovação, da ordem de R\$ 30 bilhões até o fim de 2014, além de fundar uma nova empresa pública.

Desde agosto de 2011, quando o primeiro conjunto de medidas foi lançado, o Palácio do Planalto anunciou, em média, um pacote a cada 38 dias. Apesar de todo esse ativismo, o crescimento não veio, nem a inflação deixou de rondar a casa dos 6%.

"As medidas ainda não surtiram o efeito desejado", admitiu ao Estado uma fonte graduada da equipe econômica, para quem as dificuldades seriam muito maiores, "terríveis mesmo", se o governo não tivesse agido em diferentes frentes. Um auxiliar presidencial no Planalto avalia que o **Brasil** poderia ter entrado em recessão em 2012 não fossem os vários pacotes.

Exagero. "Há pacotes e pacotes. Algumas medidas foram **importantes**, mas outras tantas foram resultado de um intervencionismo exagerado. Há uma ideia subjacente no governo de que Brasília tem uma varinha de condão capaz de ativar a economia onde ela toca, então o governo resolveu tocar todos os pontos, ao mesmo tempo", critica Gustavo Loyola, que foi presidente do Banco Central (BC) e hoje é sócio da Tendências Consultoria Integrada. "O excesso de intervencionismo gera uma sensação de incerteza nos empresários", disse.

O Estado compilou as medidas lançadas pelo governo e considerou como pacote a divulgação de pelos menos duas ações distintas. Essas ações envolveram praticamente toda a

Esplanada dos **Ministérios**, e também resultaram na criação de três estatais e uma empresa pública. Mas o ativismo não para no 15º pacote.

Mais um. No mês que vem, o governo deve anunciar um conjunto de medidas para estimular o setor sucroalcooleiro, combinando redução de tributos e desoneração da folha de pagamentos. Além disso, outros dois setores devem receber o benefício da folha desonerada. O governo também trabalha para anunciar, em abril, a unificação de dois dos mais complexos tributos do País, o PIS e a Cofins. A desoneração de investimentos em banda larga, prometida no Plano **Brasil** Maior, também deve sair nos próximos meses. Com isso, o governo espera antecipar R\$ 18 bilhões em investimentos.

Há uma forte impaciência nos gabinetes em Brasília. "O preço da energia elétrica já está mais baixo, a partir do mês que vem serão 42 setores com folha de pagamentos desonerada, as taxas de juros estão mais baixas, e não falta dinheiro para o **BNDES** emprestar", elenca uma fonte da equipe econômica, "uma hora isso tem de fazer efeito".

Na visão do governo, o empresário ainda vê com cautela o cenário econômico, uma vez que a inflação continua muito alta, pressionando os custos de **produção** e reduzindo o ímpeto de consumo das famílias.

Inflação. A preocupação com o nível do IPCA fez Dilma antecipar em quase dois meses a desoneração da cesta básica, que deve reduzir em até 0,6 ponto porcentual a inflação deste ano, pelas contas oficiais. Mas há consultorias que sustentam que a redução será menor, de 0,40 ponto.

Segundo Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, a sucessão de pacotes acaba distorcendo as decisões de investimentos das empresas, uma vez que os setores não contemplados acabam botando um pé no freio. "Além disso, não há uma avaliação concreta de como os pacotes foram, seus resultados. E, para evitar esse problema, basta lançar outro pacote", disse Vale.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>São Paulo perde R\$ 55 bi com unificação do tributo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Por Leandra Peres | De Brasília

O projeto que o **Governo Federal** enviou ao Congresso para reduzir e unificar as alíquotas do **ICMS**, principal tributo estadual, poderá custar R\$ 55,187 bilhões a São Paulo nos próximos 20 anos. A proposta tira o Estado do grupo dos vencedores da reforma e coloca no grupo dos perdedores porque deixa de tributar a venda de gás natural, mantém uma tributação diferenciada para a **Zona Franca** de **Manaus** e amplia o prazo de redução das alíquotas.

"O benefício à **Zona Franca** não foi discutido, não estava previsto e é insuportável para São Paulo", disse o secretário da Fazenda, Andrea Calabi. "As alíquotas não podem ficar paradas por cinco anos. O custo disso é muito grande", completou o secretário.

As estimativas feitas pelo governo estadual consideram dois cenários. No primeiro, foram feitos os cálculos da perda de arrecadação do **ICMS** com base no que a União havia discutido com os secretários de Fazenda em novembro do ano passado no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Se as alíquotas fossem reduzidas em um ponto percentual por ano, chegando a 4% em 2021, São Paulo teria um ganho de receita de R\$ 4,857 bilhões ao fim de 17 anos. As projeções mostram que quando todas as alíquotas fossem unificadas em 4%, São Paulo passaria a ter um ganho anual de R\$ 1,4 bilhões por ano.

A outra estimativa considera o projeto que está em tramitação no Congresso e será discutido hoje em reunião com os governadores.

Nele, o **Governo Federal** decidiu não mudar a alíquota do gás natural e mantém os produtos enviados da **Zona Franca** de **Manaus** para o resto do país tributados a 12%. Na prática, isso significa que São Paulo, para onde se destina boa parte da **produção** da **ZFM**, terá que conceder créditos de 12% às empresas que **importarem** da região Norte.

Além disso, a convergência das alíquotas para os 4% é mais lenta no projeto enviado pelo governo e os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste poderão passar cinco anos com as alíquotas estacionadas em 7%.


Tudo isso faz com que São Paulo perca na reforma do **ICMS**. Mesmo depois que todas as alíquotas estiverem unificadas em 4%, o que deve ocorrer em 2025, o Estado estará abrindo mão de R\$ 1,19 bilhão por ano.

O **Governo Federal** se propõe a ressarcir os Estados pela perda de arrecadação com a mudança no **ICMS**, mas estabeleceu um teto de R\$ 8 bilhões. Na avaliação de São Paulo o risco seria muito grande, pois há anos em que as perdas estimadas chegam a R\$ 6,2 bilhões, um valor muito próximo ao que a União concorda em pagar a todos os Estados.

A Secretaria de Fazenda de São Paulo também estimou o custo do novo **ICMS** para todos o país. Pelas regras anteriores, a unificação do tributo custaria R\$ 140,9 bilhões até 2029. Com as alterações no projeto, a despesa subiria para R\$ 221,5 bilhões até 2033.

Com a unificação das alíquotas do **ICMS** a guerra fiscal acabará na prática. A discussão entre os governadores opõe os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, que não querem arriscar os benefícios fiscais já concedidos ou perder as ferramentas de atração de investimentos e o Sul e o Sudeste, que reclamam de perdas de arrecadação com a guerra fiscal.

A proposta federal é que os incentivos já concedidos sejam legalizados por todos os Estados no Confaz. Em compensação, a União criaria um fundo de **desenvolvimento regional** que permitiria aos governadores ter recursos para atrair empresas a seus Estados.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Ociosidade na indústria é a menor em 5 anos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Após dois anos ruins, novos dados indicam que a indústria segue em trajetória de recuperação. Segundo a CNI, em janeiro o setor operou, em média, com 84% da capacidade, a taxa mais alta desde fevereiro de 2008.**

Para o diretor de pesquisas e estudos econômicos do Bradesco, Octavio de Barros, os indicadores apontam para um primeiro trimestre forte, mas ainda marcado por alta volatilidade mensal. Segundo o economista, a **produção** cresceu bastante em janeiro e uma parte relevante disso "deve ter sido devolvida em fevereiro".

Atividade industrial dá sinais de recuperação moderada

Por Flavia Lima | De São Paulo

Octavio de Barros, do Bradesco: "A indústria está se recuperando na velocidade do **PIB**, próxima de 3,5%"

Os indicadores divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sinalizam que, apesar de uma esperada volatilidade mensal, a indústria segue em trajetória de recuperação, após dois anos bastante ruins. Os números indicam ainda uma recuperação moderada ao longo do ano tanto do volume de investimentos quanto do emprego na indústria de transformação.

Segundo dados da CNI, a redução da ociosidade da indústria entre dezembro e janeiro levou o setor a operar, em média, com 84% da capacidade instalada no primeiro mês do ano - a taxa mais alta desde fevereiro de 2008, quando o índice foi de 84,4%, na série com ajuste sazonal. Dos 21 setores pesquisados, 16 registraram aumento no uso da capacidade instalada (Nuci) em janeiro deste ano, ante igual mês do ano passado. Na análise por setor, o maior crescimento ocorreu no segmento de máquinas e materiais elétricos, com alta de 8,4% no período.

Para o diretor de pesquisas e estudos econômicos do Bradesco, Octavio de Barros, os indicadores apontam para um primeiro trimestre de 2013 forte, mas marcado pela alta volatilidade mensal. Na leitura do economista, a **produção** cresceu bastante em janeiro e uma parte relevante deve ter sido devolvida em fevereiro. "Apesar dessa volatilidade dificultar a análise da velocidade real da economia,

acreditamos que a indústria está se recuperando na velocidade do **PIB**, próxima de 3,5%".

Aloisio Campelo, **Superintendente**-adjunto de ciclos econômicos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), também vê o desempenho da indústria com um início de ano bastante volátil, mas com sinalizações mais favoráveis nos próximos meses. "Há sobressalto, mas também sinais de recuperação gradual. O tamanho [da recuperação] vai depender muito do cenário externo e da sinalização de soluções a questões que emperram a competitividade da indústria em relação ao produto **importado** e também à **exportação**."

Eventuais pressões do lado da oferta, que poderiam também vir do salto muito forte do indicador de uso da capacidade de um mês para o outro, não estão no horizonte, diz Barros, do Bradesco. Segundo ele, o ritmo de crescimento dos investimentos está voltando a se acelerar desde o quarto trimestre de 2012, e o consumo permanece num ritmo de crescimento compatível com o potencial da economia. "Olhando para frente, o hiato entre demanda e oferta está se fechando e isso deve ajudar a inflação".

Julio Sergio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica, também espera uma melhora dos investimentos. Segundo ele, indicadores antecedentes, como os pedidos de desembolso feitos ao Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) em 2012, apontam para um volume maior de investimentos, especialmente no segundo semestre. "O setor vinha de um quadro de investimento muito parado, com a capacidade de **produção** estacionada. O aumento do uso da capacidade é bom para o investimento, pois significa um sinal amarelo para o empresário voltar a investir, ou investir mais."

Segundo Almeida, o aumento da ocupação da indústria também deve ser lido em conjunto com o crescimento de horas trabalhadas - alta de 0,8% entre dezembro e janeiro, segundo dados dessazonalizados. "Subiu o índice de ocupação da capacidade e aumentou o número de horas trabalhadas, o que significa que, mantida a tendência, o aumento do emprego está a caminho."




Almeida ressalta, no entanto, que as expectativas são positivas, mas moderadas. "Não estamos falando de nada explosivo." Ele diz ainda que identificou o que chama de "um pouco de exagero nos dados de janeiro", provavelmente em razão de o mês de dezembro ter sido muito ruim, ou por um efeito de recomposição de estoques. "Acho que houve **produção** para reconstituir estoques, por isso o faturamento não acompanhou", diz.

A economista-chefe da BNY Mellon ARX Investimentos, Solange Srouf, também se surpreendeu com o forte salto do indicador de capacidade instalada. "Janeiro foi um mês melhor para a indústria, mas me parece que todos os indicadores de fevereiro apontam para uma redução do ritmo da indústria", diz. A economista também espera uma retomada da indústria ao longo do ano, em razão das várias

medidas tomadas para reanimar o segmento, o que deve ajudar a elevar tanto a confiança da indústria quanto os investimentos.

Solange também fala em ponderação. "Não teremos nada brilhante. Essa melhora de competitividade que a indústria precisa vai levar um tempo, pois os projetos de infraestrutura precisam sair do papel. Precisamos também de um ganho de produtividade que acompanhe os salários reais em alta", diz. "Essa perspectiva positiva vale para mesmo mais para frente. A não ser que fevereiro surpreenda a gente para cima". (Colaboraram Thiago Resende e Lucas Marchesini, de Brasília)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo prevê que alíquota de 4% para <u>ICMS</u> atinja 83% das transações até 2016</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Por Ribamar Oliveira, Yvna Sousa e Edna Simões | De Brasília**

Dentro de três anos, 83% de todas as transações interestaduais com bens e serviços estarão sendo taxadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com alíquota de 4%, se a proposta enviada pelo governo ao Congresso for aprovada, informou ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. Com esse dado, Barbosa procurou rebater a crítica de que o governo adiou a implantação da unificação da alíquota interestadual do ICMS ao ampliar de oito para 12 anos o prazo de transição. "A transição será rápida", afirmou.

Os restantes 17% das transações interestaduais - aquelas realizadas entre os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste com os Estados das regiões Sul e Sudeste, menos o Espírito Santo - terão alíquota de 4% somente em 2025, de acordo com a proposta. Os dados foram apresentados por Nelson Barbosa, durante audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Atualmente, as alíquotas interestaduais são de 12% e 7%. O Estado do Espírito Santo é enquadrado nas mesmas regras válidas para os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na audiência pública, os secretários de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, e de Minas Gerais, Leonardo Colombini Lima, questionaram a ampliação do prazo de transição de oito anos para 12 anos e a exclusão do Estado do Amazonas da alíquota interestadual de 4%. "Se o Amazonas ficar com 12% e o restante dos Estados com 4% esqueçam, pois todas as empresas irão para lá", disse Calabi. "O Amazonas já têm benefícios fiscais federais e ele pode até ter uma alíquota do ICMS diferenciada, mas não aceitamos os 12%", reforçou Lima. Calabi disse que essa questão não foi discutida anteriormente com os demais Estados.

O secretário de São Paulo protestou também contra a exclusão do gás natural da alíquota única de 4%. Pela proposta do governo, o gás natural será tributado com 12% para não prejudicar o Estado do Mato Grosso do Sul, por onde o gás boliviano ingressa no país.

Durante a audiência pública ficou evidente para os senadores que a proposta de reforma do ICMS apresentada pelo governo não reflete um consenso entre os Estados. "Vamos ser sinceros, não temos um consenso [sobre a unificação da alíquota] dentro do Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária]", disse Claudio Trinchão, coordenador do órgão, que reúne os secretários estaduais.

Todos os secretários de Fazenda do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que estavam presentes na CAE disseram que seus Estados não aceitam a unificação da alíquota em 4%. "Manter a assimetria das alíquotas é um ponto essencial", disse o secretário de Pernambuco, Paulo Henrique Câmara. "A reforma é um desastre para as três regiões [Norte, Nordeste e Centro-Oeste]", reforçou o secretário de Fazenda do Ceará, Mauro Benevides Filho. "Temos que manter a diferenciação de alíquotas, pois ela é necessária", acrescentou. A proposta desses Estados é ter uma alíquota de 7% para os seus produtos e de 4% para os produtos com origem nas regiões Sul e Sudeste.


Eles protestaram também contra o que chamaram de "falta de segurança" com o fundo de compensação das perdas e com relação aos recursos orçamentários que o governo pretende destinar ao fundo de desenvolvimento regional. A proposta do governo prevê que apenas 25% dos recursos deste fundo virão do Orçamento. Os outros 75% serão financiamentos em condições favorecidas. "Queremos inverter isso, com 75% de recursos orçamentários", disse o secretário de Pernambuco.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda observou que o governo nunca disse que sua proposta contava com o apoio do Confaz. "É impossível chegar a um acordo no Confaz", disse. "A União procurou estruturar um consenso possível", afirmou. Segundo Barbosa, 20 Estados ganharão com a reforma. Ele disse que um estudo feito pelo Confaz estimou a perda anual com a reforma em R\$ 15,4 bilhões a partir de 2025. Nesse cálculo, no entanto, não está considerada a exclusão do Amazonas e do gás das novas regras.

Diante das divergências entre os secretários, alguns senadores questionaram a possibilidade de acordo. "O que

vemos aqui é quase um dissenso total", afirmou o senador Waldemir Moka (PMDB-MS). "Não tem condição política nenhuma de aprovar isso [a reforma]", acrescentou. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) questionou a data de 26 deste mês para votar a proposta, fixada pelo presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele considerou o prazo muito apertado. Lindbergh garantiu que manterá a data e pediu pressa para as negociações entre os Estados.

Hoje, os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), discutirão a reforma do **ICMS** e outras questões federativas, como a mudança do indexador das dívidas renegociadas pela União e o Fundo de Participação dos Estados (FPE), com os governadores.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Confaz vai alterar resolução que acaba com 'guerra dos portos'</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL


**Por Ribamar Oliveira e Edna Simão | De Brasília**

A Resolução 13 do Senado, que colocou fim à chamada "guerra dos portos", vai sofrer o seu primeiro aperfeiçoamento. As mudanças deverão ser feitas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em sua próxima reunião, marcada para o dia 4 de abril, segundo informou ontem o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa. Ele não quis informar quais serão as alterações.

Durante audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Barbosa admitiu que existem demandas judiciais contra a Resolução 13, mas considerou que isso é normal, em um Estado de direito. "É natural que as pessoas procurem os seus direitos na Justiça",

afirmou. Ele destacou ainda que a resolução está sendo aplicada à maior parte dos produtos **importados**. "Vamos dirimir agora os problemas que surgiram", explicou.

Segundo o secretário, alguns aperfeiçoamentos da metodologia foram apresentados aos secretários estaduais de Fazenda na última reunião virtual do Confaz, porém o assunto não foi deliberado, o que vai ocorrer no próximo encontro em 4 de abril.

	VEÍCULO <b>O GLOBO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governadores acenam com acordo por royalties</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Estados não produtores temem derrota no Supremo e reabrem negociações.**

**Ministros do STF vão dar prioridade a julgamento da questão. Para Campos, "é melhor garantir 80%".**

Para evitar derrota no STF, 16 governadores de estados não produtores de petróleo reabriram a discussão sobre a divisão dos royalties. O grupo, liderado por Eduardo Campos (PE), discutiu acordo que anteciparia R\$ 4,5 bilhões de receitas futuras de royalties aos estados não produtores. Os royalties de campos licitados ficariam com os produtores e os do pré-sal seriam rateados entre todos os Estados.

Royalties: acordo em pauta

Por temer derrota no STF, 16 governadores propõem agora não mexer em áreas já licitadas

Maria Lima

Júnia Gama

BRASÍLIA e Rio Para evitar uma eventual derrota no Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento de Adins (ações diretas de inconstitucionalidade) impetradas pelos estados produtores de petróleo, 16 governadores de estados não produtores reabriram ontem a discussão sobre o rateio dos royalties. Liderados pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB) - provável candidato à Presidência da República - o grupo discutiu em reunião prévia sobre o pacto federativo uma proposta de acordo que reduz as perdas de Rio, Espírito Santo e São Paulo na redistribuição dos royalties, assegurando o respeito aos contratos em vigor. Campos disse que por muito pouco não se chegou a um entendimento. Ficou acertado que a discussão será levada à presidente Dilma Rousseff, na próxima semana, em reunião que está sendo agendada.

- Chegamos muito próximos de um acordo hoje e devemos aproveitar essa derivada positiva e continuar a discussão direto com a presidente Dilma num encontro que está sendo agendado para a semana que vem. Faltou muito pouco para que resolvêssemos esse impasse sem a sensação de que dois estados saíram derrotados. É melhor os estados não produtores garantirem 80% de forma certa, do que ter os 100% que foram aprovadas e acabar ficando sem nada se o

Supremo decidir a favor de Rio, Espírito Santo e São Paulo - disse Campos.

Pela proposta, a União teria que antecipar receitas futuras dos royalties para os estados não produtores, no valor de cerca de R\$ 4,5 bilhões. Os royalties dos campos já licitados ficariam com os estados produtores e os royalties do pré-sal seriam rateados entre todos os estados. Segundo o governador Eduardo Campos, não há ainda uma proposta fechada, mas existem em tramitação no Congresso projetos de lei que permitem a reabertura da discussão da matéria e a chegada a um entendimento, para evitar a judicialização do impasse.

O presidente do PSB disse que é impossível discutir uma repactuação federativa sem incluir a divisão dos royalties do petróleo - que do jeito que foi aprovada pode quebrar dois estados da Federação, com previsão de perda de 30% da receita só do Rio. Ele informou que já conversara com parlamentares do Rio e com o governador Renato Casagrande. O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), contou que quando Campos apresentou a proposta houve uma boa vontade geral dos demais governadores presentes em achar uma solução.

- O governador Eduardo Campos propôs um acordo que ajudasse os dois governadores que mais perdem com a nova lei dos royalties, garantindo a receita futura para os não produtores e, para trás, para os produtores. Como ele é pré-candidato, tem interesse em promover esse acordo. E não senti reação contrária dos demais governadores - disse Perillo.

- Sem o entendimento, vem a judicialização e a incerteza para os estados não produtores. O entendimento dá conforto ao setor petrolífero para a licitação de novos lotes de exploração. Tem projetos em curso no Congresso que poderiam ser usados para chegarmos ao entendimento. Tem três partes envolvidas: União, estados produtores e não produtores. Se cada um ceder um pouco, chegamos ao entendimento sem judicializar - defendeu Campos.

#### **Casagrande: "Lampejo de racionalidade"**


O governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), segundo relato dos presentes, também mostrou preocupação com a judicialização.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, que não participou da reunião em Brasília, afirmou ao GLOBO que a proposta de não mexer na distribuição dos royalties dos contratos em vigor e discutir uma nova distribuição nos contratos futuros foi sempre a proposta dos estados produtores nos últimos quatro anos e meio. Casagrande disse que o Congresso não teve, contudo, a capacidade de coordenar esse processo de discussão:

- Isso (manter os contratos em vigor) foi o que nós pedimos o tempo todo. Mas não pode ser uma proposta lançada ao vento. Esperamos um lampejo de racionalidade nesse assunto que é tão importante para o Brasil.

Procurado, o governador do Rio, Sérgio Cabral, não foi encontrado para comentar a proposta. Ele também não participou da reunião.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), informou que será enviada hoje à Presidência mensagem comunicando a derrubada dos vetos à lei que alterou as regras de distribuição dos royalties do petróleo. A partir de então, a presidente Dilma terá 48 horas para promulgar a nova lei. Se ela não o fizer no prazo, Renan poderá fazê-lo no prazo de dois dias. Os governos do Rio, Espírito Santo e São Paulo aguardam a publicação da lei no Diário Oficial da União para entrar com ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Orçamento de 2013 é aprovado</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Com quase três meses de atraso, o governo aprovou ontem, com voto favorável de 53 senadores, o Orçamento Geral da União. A oposição, no entanto, tentará anular a votação no STF.**

Orçamento de 2013 é aprovado no Senado por 53 votos a 1

Oposição anuncia ação no Supremo para tentar anular votação

Fernanda Krakovics

fernanda@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA Com quase três meses de atraso, o governo concluiu ontem, com os votos dos senadores, a votação do Orçamento Geral da União para este ano, que foi contaminada pela polêmica em torno da alteração das regras de distribuição dos royalties do petróleo, em dezembro. O Orçamento foi aprovado por 53 votos a 1, com duas abstenções. Os deputados aprovaram o Orçamento semana passada. Curiosamente, o único voto contrário entre senadores foi o do relator, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele diz que foi por engano.

Ontem, a oposição chegou a obstruir a sessão e já anunciou que entrará com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar anular a votação. O PSDB alega que a pauta do Congresso estaria trancada por mais de 3 mil vetos.

- Nós da oposição queremos que o Congresso faça valer sua prerrogativa: a análise dos vetos presidenciais. Por mais de uma década deixamos de exercer nosso papel - disse o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O artigo 66 da Constituição afirma que, depois de 30 dias, os vetos presidenciais passam a impedir a votação de outras matérias na pauta do Congresso. Há 3.059 vetos nessa condição, sendo o mais antigo de 2001.

Líder do governo no Congresso, o senador José Pimentel (PT-CE) defendeu a legalidade da votação do Orçamento:

- Desde 1989 o Congresso vota o Orçamento independente da existência de vetos. Se essa tese for vitoriosa, todas as decisões tomadas a partir de então são nulas.

No final do mês passado, o STF derrubou liminar do ministro Luiz Fux que obrigava o Congresso a votar em ordem cronológica os mais de três mil vetos presidenciais. A decisão permitiu que o Congresso retomasse a votação do Orçamento.

Em uma situação inusitada, o Orçamento chegou a ser aprovado pelos deputados, na madrugada da última quinta-feira, mas a votação pelos senadores foi adiada devido à obstrução do PSDB do Senado.

Enquanto não tinha Orçamento aprovado, o governo manteve investimentos com recursos dos chamados "restos a pagar", que são pagamentos que ficaram de um ano para o outro. Segundo levantamento no Siafi, o governo virou o ano de 2012 para 2013 com um estoque de R\$ 177,6 bilhões em restos a pagar e já desembolsou nos dois primeiros meses deste ano R\$ 35,2 bilhões.

O atraso na votação do Orçamento também não comprometeu o custeio da máquina pública, gastos com despesas de pessoal já autorizadas, transferências obrigatórias a estados e municípios, ações de defesa civil e despesas inadiáveis. Isso porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autoriza o governo a gastar um doze avos para manter essas despesas.

O Orçamento prevê investimentos de R\$ 86,3 bilhões, sem contar recursos das estatais.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Unificação das alíquotas do <u>ICMS</u> deverá dominar reunião sobre pacto federativo</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Interesses divergentes dos estados quanto à redução escalonada e posterior unificação das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**), evidenciados em reunião nesta terça-feira no Senado, antecipam o tom da reunião desta quarta dos governadores com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros, para tratar do pacto federativo.

A reunião com os governadores está prevista para as 11 horas, no Salão Negro do Congresso Nacional. Além da reforma do **ICMS**, outros temas devem entrar em debate, entre eles o Fundo de Participação dos Estados e os royalties da mineração.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/13, que trata da reforma do **ICMS**, foi discutido nesta terça-feira pelos secretários estaduais de Fazenda na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. De autoria do Poder Executivo, o projeto propõe uma única alíquota de 4% até 2025. Hoje, ela é de 7% nos estados do Sul e Sudeste, com a exceção do Espírito Santo, e de 12% nos demais estados. Manteriam a alíquota mais alta as operações originadas da **Zona Franca** de **Manaus** e as realizadas com gás natural

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, senador Lindberg Farias (PT-RJ), disse que pretende pôr o Projeto de Resolução da reforma do **ICMS** em votação no dia 26 de março. A proposta depende apenas de deliberação do Senado Federal.

#### Fim da guerra fiscal

A ideia do governo é acabar com a guerra fiscal, incentivos tributários oferecidos pelos estados para atrair empresas. Mas os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não concordam com a proposta.

O coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e secretário de Fazenda do Maranhão, Cláudio Trinchão, reconhece que a iniciativa do governo é louvável, mas destaca, por exemplo, que houve uma frustração de parte dos governadores quanto ao valor destinado ao Fundo de **Desenvolvimento Regional**, no montante de R\$ 296 bilhões.

"Os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste entendem que deve haver, sim, uma assimetria das alíquotas. Isso, salvo engano, está fechado entre os estados dessas três regiões para que se possa fazer ainda algum tipo, logicamente controlado, de política tributária", observa Cláudio Trinchão.

"Além disso, a partir do momento em que se sai de uma alíquota interestadual de 12%, praticada hoje pelos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para 4%, enquanto que os estados do Sul e do Sudeste saem de 7% para 4%, existe aí uma situação invertida. Os estados mais pobres vão perder mais", afirma o coordenador do Confaz.

#### Proposta melhorada

Sobre o montante a ser destinado ao Fundo de **Desenvolvimento Regional**, cuja criação também está prevista na MP 599/12, o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, ressaltou que a proposta da União já foi melhorada, visto que o valor previsto inicialmente era de R\$ 172 bilhões.

"Sabemos que o montante não é suficiente para compensar algumas empresas pelos seus incentivos, mas achamos que alguns desses incentivos são excessivos e desnecessários", opinou.

#### Alíquota única

Já o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Leonardo Colombini, não apenas defende a proposta de uma alíquota única de 4% de **ICMS**, como é favorável a antecipação de sua entrada em vigor. Em vez de 12 anos, para oito anos.

"Um estado não pode conceder incentivos em prejuízo de outro estado. Isso é quebra de federalismo", diz Leonardo Colombini. "Eu acho que **desenvolvimento** econômico, e nós não somos contra e achamos que tem que existir, não pode existir em detrimento das receitas de outro estado. Então, por isso é que nós defendemos a alíquota simétrica, ou seja, ela deve chegar num momento a 4%."

#### Fundo de compensação

Já Nelson Barbosa afirmou que a unificação da alíquota de **ICMS** em 4% nas operações interestaduais deve



proporcionar ganhos a 20 dos 27 estados brasileiros. Aqueles que vierem a perder receita contarão com recursos de um fundo de compensação, previsto em uma medida provisória em análise no Congresso (MP 599/12).

Para Barbosa, a guerra fiscal é um modelo esgotado e que gera insegurança jurídica, uma vez que o Supremo

Tribunal Federal já considerou esses incentivos inconstitucionais. Quanto ao prazo de 12 anos para a unificação das alíquotas, o secretário-executivo disse que essa velocidade foi considerada adequada e atende às demandas dos estados.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Projetos relativos a novo pacto federativo são prioridade, diz Ideli Salvatti</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Na Câmara, ministra afirmou que proposta que regulamenta cobrança do ICMS eletrônico também é prioritária.**

**Luis Macedo / Câmara dos Deputados**

**Reunião da base aliada: reforma do ICMS é uma das prioridades do governo.**

A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, afirmou, após reunião de líderes da base aliada nesta manhã, que a pauta prioritária do governo no Congresso inclui a proposta que regulamenta a cobrança do ICMS no comércio eletrônico (PEC 197/12) e as propostas que alteram o pacto federativo. Entre elas, está a reforma do ICMS.

Segundo a ministra, para promover a reforma, é necessário que três propostas tramitem “harmoniosamente”: o projeto de resolução que unifica o ICMS dos estados, o qual tramita no Senado (PRS 1/13); a Medida Provisória 599/12, que compensa desigualdades e aguarda votação em comissão mista, antes de seguir para o Plenário da Câmara; e o projeto de lei complementar (PLP 238/13, do Executivo) que facilita a aprovação do perdão dos créditos tributários decorrentes da guerra fiscal entre estados.

Ideli informou que na semana que vem deverá ser promovida reunião entre os relatores dessas matérias e

integrantes do governo, no Ministério da Fazenda, para acertar a tramitação das propostas.

O líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (SP), afirmou que ainda não é possível prever datas para a votação das proposições. “Nas próprias bancadas, há divergências, pelas características regionais das propostas”, observou. “Vamos ouvir os governadores e em seguida construir a agenda”, complementou o líder do PT, José Guimarães (CE).

#### **Marco civil e Orçamento**

A ministra também afirmou que o governo solicitou prioridade para a proposta de marco civil da internet (PL 2126/11). Porém, segundo ela, os líderes ainda discutem ajustes no texto.

Ideli disse ainda que está otimista com a votação da proposta orçamentária de 2013 pelo Plenário do Congresso, prevista para hoje. O projeto foi aprovado pela Câmara na semana passada, mas faltou acordo no Senado para concluir a votação em sessão conjunta no mesmo dia. “Temos todos os sinais de que a votação será concluída hoje”, destacou.



VEÍCULO  
AGÊNCIA CÂMARA

EDITORIA

TÍTULO

**Congresso tem sessão hoje para concluir votação do Orçamento**

ORIGEM  
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE  
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO  
NACIONAL

**O Congresso Nacional realiza sessão hoje, às 19 horas, para votar a proposta orçamentária de 2013. O projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara na semana passada, mas faltou acordo no Senado para concluir a votação em sessão conjunta no mesmo dia. Matérias orçamentárias passam por duas deliberações, uma na Câmara e outra no Senado, no mesmo dia. Para cada Casa, é exigido quórum mínimo de presença e de votação.**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deverá iniciar o processo de votação imediatamente após abertura da sessão. Será preciso um quórum mínimo de 86 deputados e 14 senadores para iniciar os trabalhos. Para que o Orçamento de 2013 seja definitivamente aprovado, serão necessários os votos de pelo menos 41 senadores. A base aliada conta com 65 senadores.

O líder do governo no Congresso, senador José **PIM**entel (PT-CE), aposta em uma votação rápida. A fase de discussão foi encerrada na sessão da semana passada, e o único destaque apresentado foi rejeitado. Os senadores apenas decidirão se aprovam ou não o texto preparado pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR). “Vai ser uma sessão curta”, afirmou Pimentel.

### **Obstrução**

A votação da peça orçamentária não foi concluída na semana passada por obstrução do PSDB no Senado. O líder do partido, senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), argumentou que a Constituição impede o Congresso de votar qualquer

matéria enquanto houver vetos pendentes de análise – existem 3.312 vetos presidenciais que ainda não foram apreciados. A obstrução foi facilitada pela falta de quórum entre os senadores, o que obrigou Renan Calheiros a adiar a conclusão da votação.

O senador Pimentel lembrou que o governo fez um acordo com a oposição em dezembro do ano passado para votar a proposta na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário. O acordo passava pelo atendimento de demandas de bancadas e pela execução de emendas parlamentares. Na Câmara, o acordo foi cumprido com a aprovação do parecer de Jucá. Ele acredita que o mesmo ocorrerá nesta terça-feira no Senado.

### **Números**

O texto que será analisado nesta terça contempla despesas de R\$ 2,28 trilhões, sendo R\$ 1,52 trilhão na esfera fiscal, R\$ 650,82 bilhões na seguridade social e R\$ 110,61 bilhões em investimentos das estatais. Os investimentos totais somam R\$ 196,91 bilhões. Esse número inclui o valor disponibilizado pelas estatais, mais R\$ 86,3 bilhões dos demais órgãos públicos federais, alocado nos orçamentos fiscal e da seguridade.

Durante a análise do projeto no Congresso, os investimentos subiram R\$ 20,51 bilhões por meio de emendas parlamentares. Esse valor foi integralmente coberto pela reestimativa de receita aprovada durante a tramitação do texto na Comissão de Orçamento.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Congresso deverá concluir votação do Orçamento hoje, diz relator</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**O relator geral do projeto de lei orçamentária de 2013, senador Romero Jucá (PMDB-RO), disse há pouco que não existe mais qualquer questão de mérito a ser resolvida em relação à proposta e que a expectativa é concluir a votação na sessão do Congresso Nacional marcada para logo mais, às 19 horas.**

O Orçamento chegou a ser aprovado pela Câmara na semana passada, mas quando foi posto em votação pelo Senado, o líder do PSDB, senador Aloysio Nunes Ferreira, ameaçou pedir verificação de quórum. Ele argumenta que o Congresso deve votar primeiro todos os vetos presidenciais em pauta e ameaçou recorrer ao Supremo Tribunal Federal caso o Orçamento seja aprovado hoje.

Para o senador Romero Jucá, no entanto, o PSDB está apenas marcando posição política, uma vez que o Supremo já se manifestou a respeito desta questão dizendo que a pauta deve ser feita pelo Congresso Nacional. Segundo o relator do

Orçamento, a estratégia para hoje será colocar um número grande de senadores da base aliada para aprovar o projeto de lei.

Jucá ressaltou que a proposta não pode mais ser modificada no mérito, porque já foi aprovada pela Câmara, e que agora se trata de explicar a importância da aprovação do Orçamento. Os argumentos serão o da necessidade de retomada de investimentos, a geração de empregos e também as medidas tomadas pelo governo, como a recente desoneração dos produtos da cesta básica. O Orçamento Geral da União prevê mais de R\$ 20 bilhões em desonerações tributárias.